

# **A SOCIEDADE DO CAPITAL E A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. APONTAMENTOS SOBRE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.**

**Thayse Rocha Silva**

Assistente Social formada pelo Centro Universitário Tiradentes, Maceió-AL. Pós-graduanda em Metodologia do Ensino Superior pela Uninter – Ead, Curitiba-PR.

**Maria Bernadete Fernandes Malinoski**

Graduação em Licenciatura Normal Superior com extensão em Pedagogia pela Faculdade Padre João Bagozzi (2006), professora da Federação das APAES do Estado do Paraná.

## **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo entender relação entre a concepção de ensino superior e o modelo societário. Ou seja, compreendendo que o processo educativo é um fenômeno social e que busca a humanização deste processo, também é variável e reflexivo de acordo com os ditames do contexto histórico vivenciado. Sabido que o Modo de Produção Capitalista tem por objetivo a obtenção de lucros e conseqüentemente a contínua exploração da classe trabalhadora, para este é mister a continuidade da luta de classes e da existência das expressões da questão social. De acordo com as disciplinas estudadas e com a formação obtida em nível de graduação (Serviço Social) é possível perceber que a educação é um espelho da sociedade inserido no contexto vivido. Assim, este artigo busca debater qual o papel da universidade no Modo de Produção Capitalista e quais as conseqüências desta para a produção de conhecimento e a busca da emancipação humana.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Ensino Superior. Educação. Humanização.

## **INTRODUÇÃO**

A partir da compreensão Marxista de sociedade dos autores Marilda Lamamoto, José Paulo Netto, Braz e Mandel pode-se constatar que o modelo societário capitalista se estrutura numa exploração que produz e reproduz desigualdades e cada vez mais exploração, gerando expressões da questão social e conseqüentemente, aumentando o abismo entre as classes que a mesma produz: capitalistas (donos dos meios de produção) e classe trabalhadora (donos da força de trabalho).

Podemos dizer ainda que esta sociedade tem por objetivo a obtenção e acumulação de lucro e para isso se faz necessária a mercantilização de direitos e serviços. Não diferente, a educação, assim como os demais direitos, tornou-se mercadorias que devem ser consumidas pelos cidadãos, a partir dos ditames de quem detém o poder.

Dessa forma vemos que a educação sempre passou e passa por transformação baseada nos interesses do cenário político e econômico do país, sendo moldada de acordo com o contexto vislumbrado pelos capitalistas e seus interesses em virtude das necessidades de cada época.

Entendendo o ensino superior a partir da tríade “ensino – pesquisa – extensão” temos o entendimento de que os profissionais formados a partir desta exigência serão aqueles que, enquanto discentes foram estimulados a fazer a leitura da realidade de maneira crítica e aprofundada. Porém, sabe-se que a mesma lei que trata sobre a necessidade desta tríade para uma formação crítica e emancipatória é contemporânea às transformações societárias e que corrobora com a mercantilização dos direitos sociais, dentre eles a educação.

Vemos que a educação no ensino superior, que antes era privilégio de poucos, ao ser expandida e ofertada para muitos, embora sem cumprir com o papel do ensino superior na busca da emancipação humana e da formação de profissionais críticos, torna-se um ensino por vezes medíocre, por formar profissionais acomodados às necessidades da sociedade, mas de modo submisso sem a crítica às estatísticas. Isso gera uma acomodação.

## **A SOCIEDADE DO CAPITAL E O ENSINO SUPERIOR**

Sob o entendimento de Mészáros (2008), educar não é um negócio nem tampouco uma qualificação para o mercado. Mas sim, uma construção e conscientização para vida. Portanto, ensinar na sociedade capitalista deve ser um exercício da superação da lógica desumanizadora – a qual tem por base fundante o individualismo, o lucro e a competição. Porém o que se tem é uma transformação da educação num mecanismo da perpetuação e reprodução da lógica do sistema capitalista, perdendo então o seu objetivo central que é de ser a alavanca da emancipação humana.

## **QUAL É A SOCIEDADE DO CAPITAL?**

Segundo Netto e Braz (2012), o feudalismo foi sucedido por um novo modo de produção que logo de início se desenvolveu e imperou de modo a eliminar a concorrência de caráter socialista. O então sucessor, Modo de Produção Capitalista<sup>1</sup> – o qual vivenciamos até hoje – tem como sua base fundante o trabalho explorado. Diferentemente dos demais modos de produção, o capitalismo tem sua ação através do dinheiro que produz mercadorias com o objetivo de conseguir mais dinheiro. Este dinheiro obtido é chamado de lucro, objetivo final do capitalista (aquele que detém os meios de produção).

Entendendo que a lógica do capital é transformar dinheiro em dinheiro acrescido de valor, passamos a compreender que toda produção visa a obtenção de lucros, podendo este ser: lucro industrial, quando é aquele apropriado pelo capitalista que implementa o processo produtivo; o juro, que é o lucro obtido pelos banqueiros que emprestam dinheiro; e o lucro comercial, que é aquele obtido pelos comerciantes a partir da comercialização das mercadorias.

Ao descrever que o “processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo um processo de reprodução”, Netto (Economia Política, p.137) está

---

<sup>1</sup> Modo de Produção Capitalista: Segundo Netto e Braz (2012), a produção capitalista pode ser explicada sob a fórmula D-M-D', onde D é o capital sob a forma de dinheiro. Valor com o qual se adquire a força de trabalho e os meios de produção (valores de uso e de troca). Este dinheiro (D) é utilizado para a compra de mercadorias (M) para começar o modo de produção (P). Quando concluída, a mercadoria (M') é vendida gerando ao capitalista o dinheiro investido acrescido da mais-valia (D').

explicando que a manutenção da vida social está diretamente ligada à produção de bens, onde parte desta não pode ser consumida, pois deverá ser retransformada em meios de produção ou em matéria de nova produção. Assim, explica-se a produção/reprodução através da constante necessidade de consumir e produzir concretizando a acumulação de capital<sup>2</sup>.

Marx explica que há uma relação diretamente proporcional entre o crescimento da riqueza socialmente produzida com o pauperismo. Na medida em que este modo de produção tem condições de produzir de forma a eliminar as desigualdades sociais, ele aumenta as mesmas, pois este modo de produção se sustenta através destes antagonismos. Desta forma, tem-se que à medida que o capital expande surgem novas expressões da questão social<sup>3</sup>, no entanto, sua base nunca mudará e nem deixará de existir sob este modo de produção.

Entendendo o homem como um ser social, ou seja, o resultado de uma construção histórica e social, Melo e Urbanetz (2012) nos apresenta que o processo educativo é inerente ao homem e que tem por objetivo a humanização. Assim, compreendemos que este processo é variável para cada sociedade, sendo então reflexo do contexto histórico e social vivido.

## QUAL O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR?

Sabe-se que a educação é uma das ações que diferencia os homens dos demais seres vivos, e para Marx e Engels – na obra *Ideologia Alemã* – “[...] os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, [...]. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. ”.

---

<sup>2</sup> Acumulação de Capital: a acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho, ou seja, quanto maior a exploração maior será a acumulação. Assim, entende-se que, segundo Marx apud Netto e Braz (2012) a acumulação é a conversão de mais-valia (“valores excedentes – ou seja, quando trabalhadores operam meios de produção e produzem novas mercadorias” Netto e Braz p.141) em capital.

<sup>3</sup> Expressões da Questão Social: Para Iamamoto e Carvalho (2011, p.133) “A ‘questão social’, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente.”. Para Bering e Boschetti (2011, p. 51) “As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas - às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalistas – e que tem continuidade na esfera da reprodução social.”

Desta forma entende-se que o processo educativo é uma forma de humanização pois, proporciona condições adequadas para que os indivíduos passem efetivamente a participar da vida social.

A partir do entendimento de Schafranski (2005), educação é um fenômeno social estando relacionado ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada. E ainda é um processo que determina os fins a serem atingidos pelo ato educativo em consonância com as ideias dominantes da sociedade.

Segundo Pimenta e Anastasiou *apud* Melo (2009), o papel da universidade é o exercício permanente da crítica, e para isso se faz necessária a problematização e o conhecimento através de uma análise crítica da realidade. Ainda diante do exposto por Melo (2009), este papel da universidade teve alterações de acordo com que ocorria na sociedade, exemplo: na década de 1970 pode-se dizer que havia um papel pragmático onde preocupava-se em preparar quadros qualificados para o mercado de trabalho. No Brasil, esta época iniciava a industrialização e ter acesso ao nível superior era questão de status e um símbolo de ascensão social.

Em 1980, após a reforma universitária de 1968 - que visa a expansão da rede privada do ensino superior - e, também a redemocratização da educação - pós período ditatorial - tem-se um papel voltado para os resultados, tendo em vista as parcerias das instituições de ensino com empresas para financiamento privado de pesquisas.

No contexto mundial este período, pós-1973, conhecido como o período do Regime de Acumulação Flexível assim denominado por Harvey (1993) foi uma fase pós crise do petróleo, e que tinha por objetivo promover uma mudança sistêmica na qual instaura-se a reestruturação produtiva<sup>4</sup>.

Esta contra-reforma conhecida como reestruturação produtiva defende uma acumulação flexível que é a nova nomenclatura para toyotismo<sup>5</sup>, e a flexibilização

---

<sup>4</sup> Reestruturação Produtiva - Segundo Motaño e Duriguetto (2001), diante da crise vivenciada após 1973 com a crise do petróleo, o surgimento do modelo industrial toyotista, a financeirização do capital, a crise soviética, a mundialização do capital e o impacto das lutas de classes há uma necessidade de controlar estas e reestruturar a produção de forma a reduzir os custos da produção, flexibilizar o trabalho (desregulamentação do mercado de trabalho e precarização do emprego), possibilitar o ajuste de preços e consequentemente retomar e aumentar os níveis de acumulação.

<sup>5</sup> Toyotismo - Segundo Motaño e Duriguetto (2001), modelo de produção oriental (TOYOTA) que visa uma produção enxuta, na qual sua estratégia é voltada à exportação da produção e a atração de capital estrangeiro,

do mundo do trabalho. Em outras palavras é a reação do Estado em busca de controlar a classe trabalhadora, os processos revolucionários e o poder sindical. Assim o trabalhador necessitava ser mais flexível, pois a indústria estava cada vez mais enxuta devido também a globalização. Esta, além de eliminar postos de trabalho ainda exige que se tenha uma qualificação permanente dos trabalhadores (pelas empresas chamados de recursos humanos), pois com a tecnologia cada vez mais avançada a competitividade e a produtividade adquire uma nova velocidade que deve ser acompanhada pelo trabalhador.

É neste cenário de contrarreforma que se tem uma supressão ou redução dos direitos e garantias sociais. Estruturados pela ideologia neoliberal, que busca diminuir os gastos públicos com necessidades sociais, este período em contrapartida abre ao mercado a expansão da exploração destes direitos sociais como serviços, e não diferente a educação também é um dos direitos que passa a ser fortemente explorado pelo mercado, afim de obter lucro, sem necessariamente produzir conhecimento.

Quanto às exigências deste novo modelo de produção temos como consequência uma diminuição do trabalho vivo (força de trabalho) tendo em vista o padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, e aos trabalhadores que ainda restam na produção tem-se a exigência de ser qualificados e polivalentes. Polivalência essa que reflete negativamente e principalmente no modelo de educação superior.

A partir dos anos 1990, com a expansão da “nova ordem” capitalista – neoliberal<sup>6</sup> – a concepção de universidade vê-se influenciada pela redefinição da concepção de Estado. As universidades surgem em moldes operacionais haja vista sua transformação em entidades administrativas, voltadas aos interesses da economia globalizada e de mercado.

---

os sindicatos são organizados e divididos por empresa (dificultando a organização dos trabalhadores de maneira geral), baixos custos na produção e menor investimento geral.

<sup>6</sup> Neoliberal: recebe esta denominação o período em que o Estado se vê obrigado a “enxugar” os gastos sociais e fortalecer o desenvolvimento do mercado, ou seja, há um aumento no apoio ao livre comércio pelo estado. Assim, há também o aumento da precarização, privatização e da flexibilização. Desta forma, fica conhecido o estado neoliberal como um estado mínimo para o social e máximo para o mercado.

<sup>9</sup> Os "focalistas" defendem o uso intensivo de indicadores para "focalizar" os gastos nos mais necessitados e nos programas que tragam maior retorno social.

Conforme Pimenta e Anastaciou *apud* Melo (2009), a educação superior é institucionalizada sob três dimensões: técnica, ética e política. A dimensão técnica é quando o conhecimento vai além de um mero treinamento. “[...] o conhecimento é um saber competente para um fazer eficiente, contextualizado e científico, [...]” (Melo, 2009). A dimensão política busca proporcionar processos educacionais que possibilitem a criação da cidadania. E a dimensão ética busca o desenvolvimento da sociedade baseado em conceitos e valores. Todas as dimensões têm por objetivo central a busca pela humanização, como já havia sido citado antes.

Conforme comenta Pereira (2009), a partir da implantação do projeto neoliberal que exige um amplo desenvolvimento do aparelho escolar afim de atender as novas exigências do mercado e também superar as ausências estatais com a saúde e previdência, a educação que também passa a ser política social focalista<sup>9</sup>, sem cunho prioritário e abertas as explorações mercadológicas.

Ainda conforme a autora citada anteriormente, existem então duas formas de explicar a urgência e expansão do ensino superior no Brasil no período por anos 80, a primeira seria o entendimento de “aldeia global”, ou seja, entender que o mundo está cada vez mais conectado e globalizado. Já a segunda, sustenta que a educação é o meio para resolver as desigualdades sociais sem questionar o sistema societário e a lógica de acumulação inerente a ele.

Desta forma, entende-se que a aquisição de conhecimento faria com que os indivíduos possuíssem seus próprios meios de produção e conseqüentemente não haveria exploração e as demais expressões da questão social.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº9.394/1996 o papel da universidade é obtido através do tripé “ensino – pesquisa – extensão” propiciando a construção ativa do conhecimento, analisando criticamente o conhecimento e a realidade. Esta lei ainda objetiva o despertar nos discentes de um pensamento reflexivo, o espírito científico, a criação cultural e o aperfeiçoamento profissional e intelectual.

Porém, nos últimos 15 anos (início da era neoliberal), segundo Bollmann (2010), a educação brasileira vem sendo considerada mercadoria. Complementando essa afirmação, Netto *apud* Bento (2009), nos traz que por consequência deste

modelo neoliberal aumentam as privatizações, há uma liquidação da relação pesquisa/ensino/extensão, supressão do caráter universalista, subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado e a concepção de autonomia passam a ser uma autonomia financeira. Assim, “[...] a universidade passa a ser um centro de produção de ciência e tecnologia filtrada pelos interesses do grande capital, em troca de subsídios e financiamentos concedidos.” (IAMAMOTTO, 2000, P. 44 apud BENTO, 2009, p.5).

## **METODOLOGIA**

Este artigo resulta de trabalho conclusão de curso de pós-graduação, que reflete sobre a relação entre o modelo societário vigente e a concepção de educação no ensino superior nesse momento histórico. Trata-se de uma pesquisa científica bibliográfica, na qual se buscou conhecer de maneira qualitativa as interferências exercidas sobre as concepções de educação.

De tal modo, a coleta de dados foi realizada através de livros, artigos e publicações tanto impressas, como também disponíveis em meio eletrônico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao resgatarmos a trajetória histórica da descoberta e colonização do Brasil, nos deparamos com uma questão importante. Fomos uma colônia de exploração, nossa sociedade foi formada através de uma educação cristã, ofertada pelos jesuítas que tinham como obrigação evangelizar através da catequese os índios, negros e mestiços. Devido ao choque cultural muitos não se adaptaram.

A partir dos jesuítas surgem as primeiras escolas que eram frequentadas por um grupo seletivo, iniciando a estratificação social a partir do acesso à escolarização. Com a independência brasileira e a constituição da República, em 1822, a burguesia viu-se obrigada pelas exigências e o interesse internacional em desenvolver o ensino superior, obviamente o acesso a este só foi possível a aristocracia.

Somente com o advento da industrialização, já em meados de 1920, é que o Brasil percebe a necessidade do desenvolvimento da educação. Já haviam os cursos

profissionalizantes (frequentados por aqueles que conseguiam fazer a educação básica, mas não tinham condições financeiras de ter um ensino superior) e os cursos superiores (absorvido pela elite brasileira), mas, nesta época, dada a urgência na necessidade de mão de obra qualificada houve uma reforma profunda na estrutura do ensino superior.

A missão à época da universidade é alimentar e sustentar a sociedade do conhecimento, sociedade esta cada vez mais automatizada, que explora a oferta de serviços, a tecnicização e a elevação do nível educacional, devido a globalização e mundialização dos mercados.

Desta forma, diante das transformações da sociedade e conseqüentemente da organização do mundo do trabalho, o papel da universidade também sofre alterações. Estas como se pode observar tendem a um esvaziamento do trabalho intelectual (ausência do trabalho integrado ensino, pesquisa e extensão, além do aumento da oferta e precária qualidade oferecida) corroborando com a intensificação dos processos de exclusão social.

Um receio latente, é que esta globalização faça perder o caráter da riqueza na diversidade vivenciada na universidade, em prol de uma uniformidade da educação superior atendendo aos ditames do capital (de privatizações e precarizações). Impossibilitando assim, a consolidação de um ensino superior crítico e voltado a humanização de fato e a busca de uma nova sociedade.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. Elaine Rossetti

Behring, Ivanete Boschetti. 9ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BENTO, Adriana Pereira. **A concepção de educação superior no Brasil e a proposta de formação profissional do Assistente Social contida nas diretrizes curriculares de 1996.** Disponível em: < <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-090.pdf>> acesso em: 03/11/2015.

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. **A globalização e a concepção de universidade: o contexto da formação do professor.** VIII Seminário da REDESTRADO em Lima / Peru, em agosto de 2010. Disponível em: < <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0348.pdf>> acesso em: 03/11/2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

---

**Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960).** Cap I: A Questão Social nas Décadas de 1920-1930 e as Bases para a Implantação do Serviço Social.

MELO, Alessandro de. URBANETZ, Sandra Terezinha. **Organização e estratégias pedagógicas.** Alessandro de Melo, Sandra Terezinha Urbanetz. Curitiba: Ibpex, 2009. (Coleção Metodologia do Ensino na Educação Superior: v.8)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** [tradução Isa Tavares], 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Mundo do trabalho.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social.** Carlos Montañó, Maria Lucia Duriguetto. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do serviço social; v.5).

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica do Serviço Social; vol. 1).

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

SANTOS, Renalva da. MIRANDA, Robson do N. **A história da Política de Educação no Brasil e suas implicações para os trabalhadores**. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário Tiradentes. Maceió, 2014.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. **A educação e as transformações da sociedade**. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (2) 101-112, dez. 2005 Disponível em: <  
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/550>> acesso em: 13/10/2015.

ZOCCOLI. Marilise Monteiro de Souza. **Educação Superior Brasileira: política e legislação**. Curitiba. Intersaberes, 2012. (Coleção Metodologia do Ensino na Educação Superior, v.3)